



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2014
(Dos Srs. Stepan Nercessian e Rubens Bueno)

Requer CONVOCAR o Sr. ARTHUR CHIORO, Ministro da Saúde, para em audiência pública prestar informações sobre as denúncias que envolvem irregularidades cometidas pelo Ministério da Saúde como aluguel superfaturado de veículos, pagamento indevido por serviços não realizados e compra de medicamentos com datas de validade vencidas, pelo Programa Saúde Indígena.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com fundamento nos arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 219, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD que, ouvido o Plenário desta Comissão, se digne adotar as providências necessárias à convocação do Sr. ARTHUR CHIORO, Ministro de Estado da Saúde, em audiência pública, para prestar informações sobre as graves denúncias que envolvem irregularidades cometidas no âmbito do Ministério da Saúde como aluguel superfaturado de veículos, pagamento indevido por serviços não realizados e compra de medicamentos com datas de validade vencidas pelo Programa de Saúde Indígena.



JUSTIFICAÇÃO

A Controladoria Geral da União CGU apurou que o Ministério da Saúde efetuou gastos irregulares de cerca de R\$6,5 milhões destinados a comunidades indígenas entre 2010 e 2012. As irregularidades foram cometidas em alguns dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) os quais são subordinados à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), órgão criado em 2010 no lugar da extinta Funasa – a qual também fora alvo de irregularidades. Atualmente, o Ministério da Saúde terceiriza a mão de obra para a saúde indígena e paga cerca de R\$ 500 milhões/ano a três ONGs: Missão Evangélica Caiuá, Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) e Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP). Os relatórios das auditorias foram enviados ao Ministério Público Federal e indicam que os problemas permanecem. O relatório de auditoria aponta, por exemplo, que o DSEI que abrange o Espírito Santo e Minas Gerais pagou em duplicidade 50 funcionários terceirizados por meio da Missão Evangélica Caiuá, o que gerou uma despesa indevida de R\$ 1,3 milhão. Em relação à locação de veículos o relatório aponta que o DSEI gastou R\$2,1 milhões sem a devida comprovação dos serviços, além de descontrole no pagamento de diárias de viagens. A empresa locadora de veículos, San Marino, foi citada pela imprensa como integrante de um esquema de fraude em licitações pelo qual teria recebido em 2013 cerca de R\$23 milhões do governo federal. No DSEI Araguaia (MT) foram apontados entre outros problemas, medicamentos com datas de validade vencidas e estocados em grande quantidade.

Há, como se vê, denúncias graves de corrupção que atingem a gestão do ex-ministro Alexandre Padilha. A convocação do atual ministro Arthur Chioro tem o objetivo de averiguar as medidas tomadas pelo Ministério da Saúde contra as ONGs, empresas e servidores públicos envolvidos. O fato que causa estranheza é que mesmo após as denúncias os contratos tenham sido mantidos pelo Ministério da Saúde.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Pelas razões acima expostas, solicitamos o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em 12 de março de 2014.

Deputado Stepan Nercessian
PPS/RJ

Deputado Rubens Bueno
PPS/PR